

Territórios canábicos: visita de campo à Associação Santa Cannabis¹

Me. Rafael Follmann dos Santos²

RESUMO

Em fevereiro de 2023, a Associação Santa Cannabis de Florianópolis - SC recebeu autorização judicial para realizar cultivo e extração de cannabis para fins medicinais. A convite do presidente de uma Associação paranaense, foi aproveitada a oportunidade para visitar a Santa Cannabis algumas semanas após a autorização para cultivo ser concedida. Etapa metodológica de um projeto de doutorado que trata da territorialização das Associações Canábicas brasileiras, este texto relata a experiência do primeiro campo conduzido com uma Associação autorizada a cultivar cannabis. Entre os resultados, além das perspectivas obtidas por vivenciar um dia de trabalho na Associação, é destacado seu papel social enquanto um dos principais aspectos de suas territorialidades.

Palavras-chave: Geografia da cannabis, Guerra às drogas, Cannabis medicinal, Clubes Sociais de Cannabis, Geografia Agrária.

ABSTRACT

In February 2023, the Santa Cannabis Association of Florianópolis - SC received judicial authorization to cultivate and extract cannabis for medicinal purposes. Invited by the president of an Association in Paraná, the opportunity was taken to visit Santa Cannabis a few weeks after authorization for cultivation was granted. Methodological stage of a PhD project that approaches the territorialization of Brazilian Cannabis Associations, this text reports the experience of the first field research conducted with an Association authorized to cultivate cannabis. Among the results, in addition to the insights obtained from experiencing a day of work at the Association, its social role is highlighted as one of the main aspects of its territorialities.

Keywords: Cannabis geography, War on drugs, Medical cannabis, Cannabis Social Clubs, Agrarian Geography.

INTRODUÇÃO

Existe uma ausência de trabalhos geográficos que abordam as Associações Canábicas, Sociedades formadas por usuários e entusiastas da cannabis. Entretanto, centenas de Associações surgiram no Brasil como resultado de noticiários nacionais que divulgaram a eficácia do uso da cannabis medicinal no tratamento de doenças graves (POLICARPO, 2019).

¹ Este texto relata uma experiência de campo como etapa metodológica do projeto de doutorado do autor. Os agradecimentos são detinados à CAPES, agência fomentadora da pesquisa; ao professor Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas, orientador do projeto; às Associações ACANPA e Santa Cannabis e seus respectivos presidentes Raoni Molin e Pedro Sabaciauskis, por terem permitido a realização desta pesquisa; assim como todos os indivíduos mencionados que aceitaram participar do trabalho e terem seus nomes identificados no texto.

² Doutorando em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. rafaelfollmann@gmail.com.

Desde então, diversas pessoas recorreram à Justiça para terem acesso ao tratamento com cannabis medicinal, e as Associações Canábicas têm sido utilizadas para tal finalidade.

Atualmente, as Associações em atividade no país são compostas principalmente por usuários medicinais, sendo que até 2021 cerca de 6 Associações estavam autorizadas a cultivar e realizar extrações da cannabis para seus pacientes associados (SANTOS; ROSAS, 2021).

Se um território pode ser constituído a partir de relações de poder que estabelecem controle sobre o espaço através da representação de interesses, ou então a partir de apropriações espaciais estabelecidas na vivência (SAQUET; 2007; HAESBAERT, 2004, SOUZA, 1995), as Associações Canábicas apresentam conotações territoriais que devem ser exploradas. Assim, o território é proposto como categoria de análise no projeto de doutorado do autor com a finalidade de compreender a territorialização das Associações Canábicas no Brasil.

Entre os objetivos específicos do projeto, é necessário contatar as Associações com autorização para cultivo, visto que esta prática constitui o objetivo principal a ser conquistado na territorialização das Associações brasileiras (FOLLMANN, 2022). Portanto, este texto relata a experiência do primeiro campo conduzido com uma Associação com autorização para cultivo. Entre outros resultados, além das perspectivas possíveis por vivenciar um dia de trabalho na Associação, é destacado seu papel social enquanto um dos principais aspectos de suas territorialidades.

RELATO

No dia 16 de fevereiro de 2023 a Associação Santa Cannabis de Florianópolis - SC, recebeu autorização judicial para cultivar cannabis. Algumas semanas depois, a convite de Raoni Molin, presidente da Associação paranaense ACANPA, embarcamos em viagem rumo à capital de Santa Catarina onde os presidentes se encontraram na presença de investidores para almoçar, compartilhar experiências e discutir negócios.

Após o encontro, me aproximei de Pedro Sabaciauskis, presidente da Santa Cannabis, com a finalidade de expor as propostas do projeto de doutorado. Um contato prévio já havia sido efetuado com a Associação, no entanto não foi obtido respostas sobre a possibilidade de conduzir um trabalho. Esta é uma dificuldade recorrente ao abordar as Associações Canábicas, pois muitas agem com receio perante o interesse de terceiros. Para conduzir uma pesquisa com as Associações, muitas vezes é necessário adotar estratégias alternativas de contato. Logo na sequência em que Pedro foi abordado, o mesmo aceitou conceder uma entrevista demonstrando interesse e um certo entusiasmo, também consequente da reunião com os demais presentes.

Antes da entrevista, o presidente assinou um termo de consentimento autorizando o uso das informações coletadas para as finalidades da pesquisa. Durante a conversa que seguiu um roteiro semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas, foi questionado sobre os objetivos e finalidades da Associação, entre outras informações para compreender suas territorialidades.

Pedro conta que a Santa Cannabis surge de uma necessidade de tratar sua avó que há 8 anos sofre de Parkinson, mas encontrou “resultados incríveis” com extrações de THC³, e vem realizando o tratamento há 4 anos. Enquanto o medicamento prescrito para sua avó era obtido por R\$ 2.800 nas farmácias nacionais, a produção caseira da mesma dosagem demandava cerca de R\$ 200 para custear o cultivo e a extração do óleo medicinal.

Pedro fez parte de uma Associação de *motoboys* por 20 anos e essa experiência lhe despertou o interesse de formar uma Associação Canábica para ajudar outras pessoas como sua avó que lhe procuraram para ter acesso ao óleo. Após juntar pessoas interessadas em compor a diretoria, em 2019 a Associação foi formada para ter respaldo na sociedade. Conforme a demanda aumentava, eram procurados cultivadores que pudessem doar o excedente do cultivo para que a Associação realizasse a extração do óleo e distribuísse para pessoas sem condições de pagar pelo medicamento das farmácias.

Desde o início, diz Pedro, a Associação foi constituída com registro legal em cartório. Entretanto, realizava a prática do cultivo de forma ilegal como um ato de desobediência civil pacífica e controlada, pautado no direito constitucional de acesso à saúde⁴ e no direito de formar uma Associação para “mudar aquilo que não concorda”. Segundo o presidente, o cultivo visava atender a demanda por acesso ao tratamento que deveria ser papel do Estado, já que o medicamento obtido nas farmácias é inacessível para a maioria da população brasileira.

Com os relatos de melhora dos pacientes, os associados ganhavam forças e se motivavam a seguir com o trabalho. Muitas pessoas acabavam interessadas em ajudar a Associação, assim a Santa Cannabis cresceu ao ponto de conseguir apoio público e receber autorização judicial para cultivo em 2023. Segundo Pedro, “a sociedade validou isso, nos apoiou, a opinião pública nos apoiou, e a gente chegou nesse ponto que estamos hoje que é ser a primeira Associação do sul do Brasil com autorização para plantio, extração, transporte, importação de semente e geração de pesquisa”.

³ Tetra-hidrocanabinol (THC): principal princípio ativo da cannabis.

⁴ O artigo 196 da Constituição em vigor no país (BRASIL, 1988) determina que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

De acordo com Pedro, a Associação conta com cerca de 3.400 associados e mais de 800 pessoas que participaram dos cursos de cultivo e extração. Além dos cursos promovidos e dos remédios produzidos pela Associação, Pedro também destaca como um feito da Associação a fomentação do debate sobre a cannabis medicinal no estado de Santa Catarina.

Pessoas de diversas áreas e culturas acabam envolvidas com a Associação com a finalidade de colaborar ou compreender sobre os tratamentos com cannabis medicinal. Contudo, a maior parte dos associados envolve pacientes e parentes de pacientes, normalmente idosos e crianças portadores de doenças graves, com destaque para epilepsia refratária, autismo, Parkinson, Alzheimer, fibromialgia, dores crônicas, ansiedade e depressão. Pedro comenta que diariamente recebe pessoas receosas sobre a cannabis, mas que mesmo assim optam pelo tratamento. “O preconceito só dura até a gente ter um paciente dentro de casa. Quando a gente tem um paciente dentro de casa o preconceito acaba”, comenta.

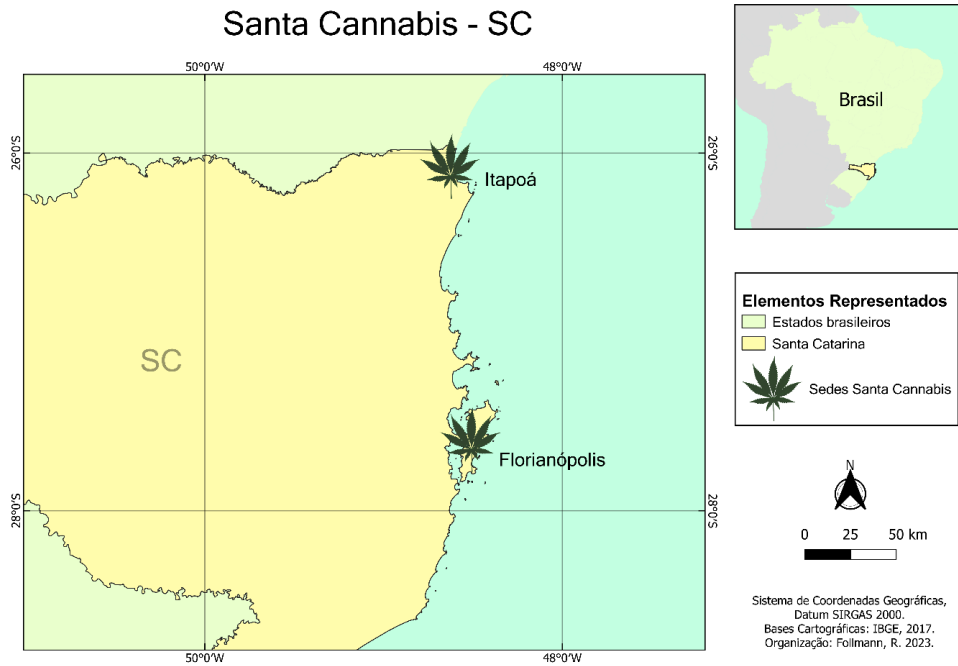
Quando questionado sobre os papéis e objetivos da Associação, visto que a maioria das Associações brasileiras possui como objetivo principal a obtenção da autorização para cultivo, Pedro respondeu que as Associações devem proteger a cannabis e garantir o seu acesso, mostrando para a sociedade que é uma planta segura, e que todos podem tirar algum benefício do seu uso. Na opinião de Pedro, como não há muito como lucrar no momento, as empresas privadas apoiam as Associações como uma forma de ingressar neste mercado. Contudo, assim que houver uma regulação, os pacientes podem ficar reféns da indústria farmacêutica se as Associações não forem protegidas. Em suas palavras:

A importância da Associação é fazer com que tenha acessibilidade a todos. O fim da indústria é ganhar dinheiro, e o fim da Associação é promover a qualidade de vida das pessoas, então são interesses muito diferentes. No momento em que você fortalece as Associações, você é o fiel da balança para que a gente tenha um mercado de cannabis justo. Se não tem as Associações, as empresas fazem o que querem. E quando as Associações mostram que dá para fazer um produto barato, de qualidade e acessível, isso mostra para as empresas que elas precisam mudar o posicionamento delas. Então a Associação tem o papel, não só de fornecimento de cannabis, mas de ser o fiel da balança, de mostrar que dá para fazer cannabis boa e barata com acessibilidade, gerando emprego e renda no nosso país (Pedro Sabaciauskis).

No dia seguinte visitamos o cultivo da Associação em Itapoá - SC, em área rural não identificada para segurança da entidade (Mapa 1). Isto é importante destacar pois, mesmo se tratando de um cultivo autorizado, a cannabis é uma planta muito valiosa e isso pode comprometer a segurança do estabelecimento e dos associados que dependem da medicação. A convite de Vinicius Sanches, um dos colaboradores presentes, foi possível participar de algumas

tarefas relacionadas à rega das plantas e montagem da estufa externa, onde estavam presente cerca de 10 colaboradores.

Mapa 1 - Sedes da Associação Santa Cannabis



Fonte: O autor.

A Associação possuía cerca de 1.700 pés de cannabis, ainda em estágio inicial de crescimento visto que a Associação havia recebido autorização para cultivo fazia apenas algumas semanas, com diversas variedades genéticas para atender as necessidades dos variados pacientes associados de forma individualizada e direcionada.

As sementes utilizadas no cultivo são obtidas com empresas do exterior através de compra ou doação e, embora se tratem de cepas estabilizadas de forma laboratorial, não são genéticas transgênicas. Algumas outras genéticas são resultadas de cruzas feitas pela própria Associação.

A estufa interna, onde estavam localizadas as plantas, contava com lâmpadas sofisticadas, ventiladores, entre outros equipamentos para controle de temperatura e umidade adequados para o crescimento das plantas (Imagem 1). Embora os equipamentos utilizados sejam de tecnologia sofisticada, o cultivo das plantas é realizado de forma orgânica com fertilizantes comprados, doados ou produzidos através de compostagem, conforme relatado pelos cultivadores.



Imagem 1 – Estufa interna da Santa Cannabis



Fonte: O autor.

Nota: Fotografias das plantas de cannabis em crescimento interno. À esquerda (a), Luiz Felipe de Almeida Farias, um dos cultivadores colaboradores da Associação.

Durante a instalação da estufa externa, as atividades envolviam carregar postes de madeira e carrinhos de mão com entulho (Imagem 2). Além de colaborar neste processo de territorialização, estar presente, conversar e ouvir conversas entre os colaboradores, durante a execução das atividades ou na pausa para o almoço, permitiu perceber algumas nuances da territorialidade ali presente.

Imagem 2 – Montagem da estufa externa



Fonte: O autor.

Nota: Da esquerda para a direita (a), Landislau Porto (advogado), Vinicius Sanches (colaborador) e Paulo Benck (cultivador).

Se um território pode ser constituído pelas relações de poder estabelecidas no espaço por controle ou vivência, isto implica que, embora a Santa Cannabis possua instalações com uma demarcação territorial, como sua sede em *coworking* em Florianópolis – SC, ou o cultivo realizado em Itapoá – SC, as atividades que controlam e constroem o território da Associação são estabelecidas no trabalho cotidiano e nas experiências individuais de cada um dos colaboradores.

A identidade formada na experiência com a cannabis é percebida como algo em comum entre os envolvidos com a Associação. Embora cada um possua experiências únicas com esta planta, todos compadeciam quando o presidente da ACANPA compartilhava os problemas enfrentados entre as Associações paranaenses, quando alguém comentava sobre a eficácia do tratamento com um ente querido, ou como quando um dos colaboradores comentou sobre o confisco policial que ocorreu antes da Santa Cannabis obter autorização para plantio. Todas essas percepções estão alinhadas com os motivos que levaram Pedro à formar a Associação e por isso seus colaboradores empregam esforços nesta causa.

O espaço que agora cultiva cannabis legalmente pode não ser percebido no futuro que sua territorialização ocorreu de forma colaborativa entre associados e interessados na Associação. Além das lutas jurídicas e embates políticos, muitas vezes este trabalho é doloroso, envolve riscos e não conta com remuneração extra, visto que os próprios membros da Associação empregam esforços físicos na construção do espaço. Unidos pela causa da cannabis, os colaboradores da Santa Cannabis evidenciam como as territorialidades em comum dos usuários de cannabis podem resultar na territorialização de uma Associação Canábica.

CONSIDERAÇÕES

Embora seja possível entrevistar os representantes das Associações de forma remota, como foi realizado na dissertação de mestrado do autor (FOLLMANN, 2022), a presença física se mostrou mais interessante para interpretar informações de forma mais congruente. As feições faciais sempre em bom humor e com um certo orgulho do presidente da Santa Cannabis mostra como as conquistas da Associação são importantes perante seus valores.

Pedro sempre destacava seu interesse em ajudar as pessoas que não têm condições de ter acesso ao óleo de cannabis. Esta motivação, foi o que levou o presidente a utilizar sua experiência na Associação de *motoboys* para fundar a Santa Cannabis junto de pessoas com motivações similares. Portanto, a Associação também é fruto da reunião de diversas pessoas



interessadas na cannabis. Tanto investidores quanto pacientes ou representantes de outras Associações formam parcerias que desdobram o associativismo no país de forma coletiva.

Mesmo que a Santa Cannabis possua espaços efetivamente apropriados e delimitados, são as relações pessoais que constituem a territorialidade dos envolvidos e então o território da Associação. Estas experiências com a cannabis são positivas ou negativas, referente aos benefícios do tratamento, à dificuldade de acesso ou às disputas com atores do tráfico de drogas e do mercado privado, e podem não ser percebidas sem vivenciar a rotina do coletivo em questão.

Mais do que fornecer cannabis, acesso que deveria ser assegurado pelo Estado, as Associações Canábicas tem o papel de proteger esta planta devido e de “mudar aquilo que não concorda”, como destaca Pedro. É esperado que a experiência relatada inspire novos trabalhos e visitas de campo conduzidas com as demais Associações Canábicas brasileiras, também com a finalidade de explorar seus territórios enquanto ferramenta transformadora da realidade social, assim como faz a Santa Cannabis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, SP: Saraiva. 1988.

FOLLMANN, R. A territorialidade das Associações Canábicas no Paraná. 2022, 188 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3777>.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 296p.

POLICARPO, F. Compaixão canábica: as dimensões simbólicas e políticas no manejo da dor e do sofrimento no Brasil. **Revista Ingesta**, v. 1, n. 1, p. 41-52. 2019.

SANTOS, R.; ROSAS, C. Geografia e cannabis: disputas territoriais no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 43, p. 48-72. 2021b. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62621>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SAQUET, M. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; CORRÊA, R.; GOMES, P. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. cap. 3. p. 77-116.